



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTANHAS

Rua São José, 4, Centro, Montanhas/RN CEP: 59198000 CNPJ: 08.354.383/0001-08

CONTRATO

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTANHAS/RN E TOME XOTE EDITORA DE MUSICA EIRELI – EPP.

O MUNICÍPIO DE MONTANHAS/RN, inscrito no CNPJ (MF) sob o nº 08.354.383/0001-08, com sede à Rua São José, nº. 04, Centro, Montanhas/RN, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. Manuel Gustavo de Araújo Moreira, brasileiro, portador do RG nº.001316741/RN, inscrito no CPF sob nº. 829.208.004-00, residente e domiciliada no Município de Montanhas/RN, e, de outro lado, a empresa TOME XOTE EDITORA DE MUSICA EIRELI – EPP, inscrita no CNPJ sob nº. 13.091.140/0001-64, com sede a Rua Eduardo Bezerra 1034, Bairro João do Tauape, Fortaleza/CE, CEP: 60.130-271, Fone: 85 3244-6197, tendo como representante legal o sr. Dorgival Dantas de Paiva, Brasileiro, Divorciado, Empresário, residente e domiciliado na Rua Eduardo Bezerra, 1034, Tauape - Fortaleza - CE, CPF nº 778.147.034-68, Carteira de Identidade nº 1.246.159 SSP/RN, neste ato representado pelos procuradores RAIMUNDO ALEXANDRE LINHARES DIAS, portador da cédula de identidade nº 11.524 OAB-CE, CPF nº 472.123.493-72 e FLÁVIO NUNES CORREIA, portador da cédula de identidade RG nº 97002084034 SSP-CE, CPF nº 385.529.813-00, doravante denominado simplesmente **CONTRATADO**, resolvem celebrar o presente Contrato de Prestação de Serviços, com fundamento no presente Processo Administrativo, que se regerá pelas normas da Lei nº 8.666/93 e alterações, bem como pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

Parágrafo Único – O presente contrato tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE ATRAÇÃO MUSICAL DO SETOR ARTÍSTICO CULTURAL, CONSAGRADA PELA CRÍTICA REGIONAL (DORGIVAL DANTAS), PARA APRESENTAÇÃO DE 1 (UMA) HORA E 20 (VINTE) MINUTOS NAS PRIMEIRAS HORAS DO DIA 06 DE JANEIRO DE 2018, NA FESTA DE REIS EM PRAÇA PÚBLICA NO MUNICÍPIO DE MONTANHAS/RN.

CLÁUSULA SEGUNDA: DO VALOR

Parágrafo Único – Pela execução dos serviços especificados na **Cláusula Primeira**, o **CONTRATANTE** pagará o valor global de **R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais)**, assegurando à cobrança dos tributais cabíveis, nos termos da legislação vigente.

CLÁUSULA TERCEIRA: DA LIQUIDAÇÃO DA DESPESA

A liquidação da despesa iniciará com o protocolo da Nota Fiscal ou documento equivalente pelo credor no Setor de Protocolo da Sede da Prefeitura Municipal de Montanhas/RN e deverá ser concluído no prazo máximo de 19 (dezenove) dias corridos.

O Setor de Protocolo deverá efetuar a autuação da documentação de cobrança protocolada e encaminhá-la à Secretaria Municipal de Planejamento, Finanças e Tributação, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, para que esta proceda com o registro contábil da fase da despesa "em liquidação" no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas no sistema orçamentário, financeiro e contábil.

Após o registro contábil a que se refere o artigo anterior, a Secretaria Municipal de Planejamento, Finanças e Tributação terá 24 (vinte e quatro) horas para encaminhar a documentação apresentada pelo credor, acompanhada da cópia da nota de empenho, para fins de liquidação da despesa.

CLÁUSULA QUARTO: DO GESTOR DO CONTRATO

O gestor de contratos responsável pelo atesto da despesa conforme portaria nº 005/2018 de 02 de janeiro de 2018, constante nos autos, terá 15 (quinze) dias para conferir a documentação comprobatória exigida

4
PP 7

pela legislação em vigor, verificando, inclusive, a autenticidade das certidões apresentadas junto aos respectivos órgãos expedidores e verificará se os produtos entregues ou os serviços prestados atendem às especificações e condições previamente acordadas, conforme estabelece o art. 63 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, e, não havendo qualquer pendência emitirá o atesto.

O Atesto será instruído com a seguinte documentação:

I. Certidões para verificação da situação cadastral do credor, devidamente acompanhadas da prova de sua autenticidade e da observância do prazo de validade;

II. Demais documentos exigidos, conforme a natureza da despesa.

Constatada qualquer pendência em relação à Nota Fiscal, à prestação do serviço, à realização da obra, à entrega do bem ou de parcela deste, o contratado será comunicado para sana-la.

Após a verificação da documentação apresentada pelo credor, e o cumprimento de todas as providências, o gestor de contrato emitirá o atesto e deverá remeter imediatamente a documentação respectiva a Secretaria Municipal de Planejamento, Finanças e Tributação para fins de pagamento.

CLÁUSULA QUINTO: DO PAGAMENTO

O pagamento da despesa deverá ser realizado no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, a contar da emissão do atesto pelo gestor de contratos responsável pelo atesto da despesa, ou do transcurso de etapa ou de parcela, contanto que previsto e autorizado o parcelamento da prestação em conformidade com o cronograma de execução e o cronograma financeiro, desde que inexistentes qualquer situação que impeça a certificação do adimplemento da obrigação ou quando o contratado for notificado para sanar as ocorrências relativas à execução do contrato ou à documentação apresentada, conforme Decreto Municipal 021/2017 art. 13 §1º.

CLÁUSULA SEXTO: DO REAJUSTAMENTO

Parágrafo Único – Os preços referentes a este Contrato dar-se-ão em moeda corrente nacional, e serão irreeajustáveis.

CLÁUSULA SÉTIMA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

Parágrafo Único - São obrigações da CONTRATANTE:

- a) Acompanhar, fiscalizar, inspecionar e supervisionar, a execução deste contrato, bem como efetuar o pagamento de acordo com o pactuado, deduzido os descontos legais;
- b) Proporcionar todas as facilidades para que a CONTRATADA possa desempenhar suas obrigações dentro das condições pactuadas;
- c) Fornecer a CONTRATADA todos os documentos necessários ao bom e fiel cumprimento do presente contrato de assessoria, quando solicitado;

CLÁUSULA OITAVA: DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

Parágrafo Único – São obrigações da CONTRATADA:

- a) Executar os serviços de acordo com as normas e procedimentos técnicos em vigor aplicáveis a espécie, observando sempre as recomendações e orientações do CONTRATANTE;
- b) Empregar na execução dos serviços pessoal preparado e somente material adequado a boa execução dos serviços;
- c) Substituir qualquer empregado no caso de falta ou ausência legal de maneira a não prejudicar o andamento e boa execução dos serviços;

- d) Responsabilizar-se por quaisquer acidentes que venham a ser vítimas seus empregados quando em serviço, por tudo quanto as leis trabalhistas e previdenciárias lhes assegurarem e demais exigências legais para o exercício da atividade do objeto desta licitação;
- e) Responsabilizar-se, durante a execução dos serviços, por eventuais prejuízos causados diretamente à PREFEITURA ou a terceiros, decorrentes de atos praticados por seus empregados;
- g) Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, o contrato decorrente do presente edital, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, sem prévio assentimento por escrito da PREFEITURA.

CLÁUSULA NONA: DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Parágrafo Primeiro – Se, na execução deste contrato, ficar comprovada a existência de irregularidade ou ocorrer inadimplemento contratual de que possa ser responsabilizada a CONTRATADA, esta, sem prejuízo das sanções previstas no arts. 87 e 88 da Lei nº 8.666/93, sofrerá as seguintes penalidades ou sanções:

- a) Advertência;
- b) Suspensão temporária do direito de licitar e impedimento de contratar com a Administração Pública do Município de Montanhas/RN, por prazo não superior a 2 (dois) anos;
- c) Multa de até 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato, aplicada de acordo com a gravidade da infração. Nas reincidências específicas, a multa corresponderá ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta, observando-se sempre o limite de 20% (vinte por cento);
- d) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública do Município de Montanhas/RN.

Parágrafo Segundo – A imposição das penalidades é de competência exclusiva do CONTRATANTE.

Parágrafo Terceiro – A multa administrativa prevista na alínea "c" não tem caráter compensatório, não eximindo o seu pagamento o CONTRATANTE por perdas e danos das infrações cometidas.

Parágrafo Quarto – A aplicação de sanção não exclui a possibilidade de rescisão administrativa do contrato, garantido o contraditório e a defesa prévia.

Parágrafo Quinto - O prazo da suspensão ou da declaração de inidoneidade será fixado de acordo com a natureza e a gravidade da falta cometida, observado o princípio da proporcionalidade.

CLÁUSULA DÉCIMA: DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

Parágrafo Único – A vigência do presente contrato tem duração de 03 (três) dias, a contar da data de sua assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DA INEXECUÇÃO E RESCISÃO CONTRATUAL

Parágrafo Primeiro – A inexecução total ou parcial do presente contrato por parte da CONTRATADA, notadamente decorrente do descumprimento das normas administrativas e inobservância das atribuições e encargos inerentes ao referido instrumento contratual, ensejará a rescisão deste, nos termos da legislação vigente.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Parágrafo Único – As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta dos recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município, classificados conforme abaixo:

Unidade: 10 - Secretaria Municipal de Turismo, Cultura, Esporte e Lazer.
Ação: 2083 Apoio aos Eventos Culturais e Festivos do Município
Natureza da Despesa: 3390.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – PJ

PP-7

Fonte: 0100000000 - Recursos Ordinários

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DOS CASOS OMISSOS

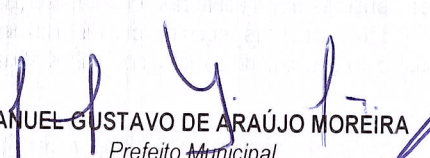
Parágrafo Único – Fica estabelecido que caso venha ocorrer algum fato não previsto no presente Contrato, os chamados casos omissos, estes serão resolvidos entre as partes, respeitado o objeto do Contrato, a legislação e demais normas reguladoras da matéria e em especial a Lei nº 8.666/93, aplicando-lhe, quando for o caso, supletivamente os Princípios da Teoria Geral dos Contratos estabelecida na legislação civil brasileira e as disposições do Direito Privado.


CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DO FORO

Parágrafo Único – Fica eleito o Foro da Comarca de Nova Cruz/RN, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir qualquer questão oriunda do presente Instrumento Contratual.

E assim, por estarem acordo, ajustadas e contratadas, após lido e achado conforme, as partes a seguir firma o presente contrato, em três (03) vias de igual teor e forma, para um só efeito, na presença de duas (02) testemunhas abaixo assinadas.

Montanhas /RN, 04 de janeiro de 2018.


MANUEL GUSTAVO DE ARAÚJO MOREIRA
Prefeito Municipal


TOME XOTE EDITORA DE MUSICA EIRELI - EPP
CNPJ sob n.º 13.091.140/0001-64
CONTRATADO
Empresa

Testemunhas:

Nome: _____

CPF: _____

Nome: _____

CPF: _____